

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.292 - SP (2019/0008929-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : VARDENI ULIAN**  
**ADVOGADOS : MARCOS SÉRGIO FORTI BELL E OUTRO(S) - SP108034**  
**FÁBIO CESAR BUIN - SP299618**  
**AGRAVADO : CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : ANGÉLICA LÚCIA CARLINI - SP072728**  
**MARIA PAULA DE CARVALHO MOREIRA E OUTRO(S) - SP133065**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por VARDENI ULIAN, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 449-473, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 372-376, e-STJ):

Apelação – Seguro de vida e acidentes pessoais.

Demonstrada a ocorrência da incapacidade e a existência de nexo causal com o acidente, o segurado faz jus ao recebimento da indenização, a qual deve observar o valor do capital segurado previsto na apólice vigente na data do sinistro, bem como o percentual de incapacidade apurado.

Recurso provido em parte.

Opostos embargos de declaração (fls. 379-381, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 385-388, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 391-412, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 421 a 423, 425, 757 e 765 do CC/2002; e 86, 994 e 1022 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que: a) o acórdão é omissos em relação aos dispositivos legais apontados como violados em sede de apelação, bem como sobre a estipulação de pagamento de seguro proporcional à incapacidade atestada; b) há contradição no julgado em relação à fixação dos ônus sucumbenciais; c) é devido o pagamento parcial da indenização securitária; e d) não há sucumbência recíproca no caso.

Contrarrazões às fls. 416-432, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 441-443, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) inexistente violação ao art. 1022 do CPC/2015; b) a simples referência a dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; c) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) o aresto impugnado, de fato, é omissos e contraditório em relação a questões fundamentais para a resolução da lide; b) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato; e c) as suscitadas ofensas a dispositivos infraconstitucionais estão devidamente expostas.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de modo expresse e fundamentado, reputou ser devido o pagamento de indenização proporcional ao grau de invalidez observado, em valor, contudo, substancialmente inferior ao pleiteado pela parte autora.

No ponto, relevante a transcrição do seguinte trecho (fl. 375, e-STJ):

O laudo pericial elaborado pelo Imesc, neste processo (fls. 273/277) dá conta de que o autor possui uma perda funcional estimada em 12,5%, conforme à Tabela da Susep, a qual guarda nexo de causalidade com o acidente. Além disso, consta do mesmo laudo que o autor afirmou ao perito que estava trabalhando na data da perícia, o que corrobora a afirmação de que não está totalmente inválido.

Sendo assim, o segurado deve receber quantia equivalente a 12,5% do capital segurado e, não, à sua totalidade. Além disso, o capital segurado não é de R\$85.250,88, uma vez que a apólice que previu esse valor somente teve vigência depois da data do sinistro (fl. 85), sendo certo que a apólice vigente, conforme prova constante dos autos (fl. 16), previa um capital segurado máximo para a hipótese de vinte e seis vezes o salário base do segurado. O valor tido como salário do autor para fins de cálculo securitário foi apresentado como sendo de R\$1.531,20, sem impugnação específica a esse tópico pelo apelado.

Portanto, faz o segurado jus ao recebimento de apenas R\$4.976,40, equivalente a 12,5% da quantia correspondente a vinte e seis vezes o seu salário base, na época do sinistro.

Em seguida, diante da parcial procedência do pedido autoral, atestou a existência de sucumbência recíproca (fl. 376, e-STJ):

Por conseguinte, dou provimento, em parte, à apelação, para reduzir o valor condenatório para quatro mil novecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos, mantidos os critérios de incidência de correção monetária e de juros moratórios, tais como fixados na r. sentença. Em razão da sucumbência recíproca, a base de cálculo dos honorários advocatícios devidos ao autor pela ré deverá observar o valor da condenação fixado neste acórdão, reduzindo-se a responsabilidade da apelante quanto às custas e despesas processuais para dois terços delas; o autor fica isento do pagamento da fração restante das custas e das despesas processuais, em razão do benefício da justiça gratuita, e fica condenado ao pagamento de honorários advocatícios à ré, estes fixados em mil reais (art. 85, § 8º, do CPC/2015), quantia essa já atualizada na data deste julgamento, suspendendo-se a exigibilidade de tal verba enquanto durar o estado de pobreza do apelado (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pela insurgente não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem

seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação ao art. 1022 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.**

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1.

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

**1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional**

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

2. No que toca às demais questões suscitadas no bojo do apelo nobre, melhor razão não assiste à insurgente.

Conforme se depreende dos trechos do acórdão recorrido citados no tópico anterior, o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, em especial da apólice, concluiu ser devida a indenização securitária proporcional ao grau de invalidez constatado em perícia, cujo valor, todavia, seria de R\$ 4.976,40, e não R\$ 85.250,88, como pretendia o ora recorrente.

Logo, diante do provimento do pedido em parte substancialmente menor do que originariamente pleiteado, atestou a existência de sucumbência recíproca.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal, tanto em relação ao montante da indenização pleiteada quanto à constatação da mútua sucumbência, demandaria que as premissas acima dispostas fossem derruídas.

Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 05/STJ e 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. LEGITIMIDADE DA INSURGENTE. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. INCIDÊNCIA DO CDC. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO. NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 83/STJ. RESPONSABILIDADE DA INSURGENTE E FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA FEITA COM BASE EM FATOS, PROVAS E TERMOS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DE MAPFRE VIDA S.A. DESPROVIDO.

1. O Tribunal de Justiça firmou a legitimidade passiva da insurgente por vislumbrar a ocorrência de relação jurídica com o autor da lide, sendo-lhe prestadora de um serviço, o qual teria sido entabulado por contrato de adesão. Tal conclusão foi fundada na apreciação de fatos, provas e nos termos do contrato de seguro, atraindo a aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ.

2. Consoante o STJ, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrigui, Terceira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017). 3. A aplicação da Tabela da Susep foi afastada pelo decisum estadual. Consoante a segunda instância, a insurgente não teria logrado comprovar que o recorrido teve ciência acerca de limitação da apólice previamente à sua contratação, portanto, a previsão por aplicação dessa tabela deveria se extirpada da avença por ser nula, haja vista que prejudicial ao consumidor, que teria entabulado um contrato de adesão. Essa premissa encontra suporte na jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a incidência da Súmula 83/STJ.

**4. A forma como foi alcançado o valor da indenização securitária - com a nulidade do estabelecimento da incidência da Tabela da Susep, por inexistência de esclarecimento prévio ao consumidor a respeito das limitações do contrato - foi fundada na apreciação de fatos e provas, acarretando a aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ, as quais obstatam o**

**conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.**

5. Tendo o autor, desde a inicial, alegado a existência de relação de consumo e tal tema ter sido apreciado pelo Magistrado singular, não há falar em inovação recursal quando ocorrer a análise dessas questões na segunda instância.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1269830/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. SEGURO. AFASTAMENTO DA COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. VERIFICADA A NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVAS E DA REANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

**1. A pretensão recursal de ver afastada a complementação do valor da indenização securitária, tendo em vista a alegação da não contratação de apólice de seguros com correção monetária, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.**

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 267.051/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 11/03/2013)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DOS AUTORES.

1. O Tribunal local, com base nos elementos probatórios dos autos, concluiu pela comprovação da remuneração da vítima, a justificar o quantum estabelecido a título de pensão mensal. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial, ante o óbice da Súmula do 7/STJ.

**2. Consoante entendimento desta Corte, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda e a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no Ag 1346054/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ.

**2. Ademais, tendo o Tribunal local concluído com base no conjunto**

**fático-probatório dos autos, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, o que não é possível de ser feito nesta via excepcional, por força do enunciado n. 7/STJ.**

3. As partes agravantes não apresentaram argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 708.958/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015)

Logo, inadmissível, na presente instância, a apreciação das questões em testilha.

**3.** Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 376, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator